 ISBN: 978-65-88884-36-2

O PAPEL DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ANOS INICIAIS

DEBORA GOMES DE QUEIROZ; LUIZ HENRIQUE SANTOS BORGES; SUELEN NUNES FARIAS

RESUMO

A história da educação inclusiva no mundo para o Brasil tem um longo e triste percurso até os dias atuais, tendo em vista isto o presente artigo tem como objetivo mostrar o papel do professor na educação inclusiva nos anos iniciais. Por consequência será analisado o processo histórico da educação inclusiva no Brasil, buscando informar a comunidade científica sobre as perspectivas e realidades do professor na educação especial. Esta pesquisa é bibliográfica e teórica com abordagem qualitativa de cunho exploratória, dessa forma deixar mais material de pesquisa para futuros pesquisadores que tenham o mesmo interesse nas informações referentes a este tema.

Palavras-chave: Professor; educação; educação especial.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um dos maiores desafios dos professores das séries iniciais, uma vez que a eles são atribuídas as responsabilidades de construção e idealização de ferramentas que facilite a aprendizagem de alunos, público-alvo da educação especial se faz necessário a inclusão de novas metodologias ou adaptação de métodos já existentes, para que as crianças com necessidades especiais estejam inseridas no espaço escolar desde as séries iniciais.

Por este motivo buscou-se responder a seguinte problemática: Quais são as perspectivas e realidades do professor no processo da educação especial? Pois entende-se que há vários desafios dentro da sala de aula, a prática docente para ensinar baseado na educação especial. E para isso é necessário entender o processo de contexto histórico e leis para educação inclusiva, identificar o papel do professor na educação especial e analisar as perspectivas e realidades do docente na educação especial.

Este tema foi escolhido pois se compreende que ao longo da história da educação, houve um processo inicial de silenciamento e marginalização de crianças que dispõem de maior atenção, onde muitas vezes a elas era destinada a exclusão no contexto de sala de aula, sendo comum, inclusive, a rejeição de propostas de inclusão (MINETTO, 2008, p. 17).

Nesse sentido, ao se deparar com a realidade educacional brasileira ainda em processo de organização de estrutura no âmbito da inclusão, requer aos professores das séries iniciais transformar essa situação, de modo que seja possível não apenas a inserção de crianças atípicas, mas criar um ambiente favorável para uma verdadeira inclusão destas crianças no contexto escolar, especificamente nas séries iniciais, proporcionando trocas de experiências entre os

DOI: 10.51189/encoped/19566

 ISBN: 978-65-88884-36-2

alunos em seus diversos perfis, resultando em uma coletividade positiva.

As séries iniciais são um momento crucial para o desenvolvimento das crianças, uma vez que, durante esta fase da vida, somos apresentados a diversos estímulos, sejam eles motores, sensoriais, linguísticos, mentais e mesmo sociais. Se tratando do contexto escolar, cabe aos educadores incentivar em seus alunos o desenvolvimento destas habilidades, realizando atividades que contribuam para o exercício contínuo desses aspectos. Uma vez que as crianças se deparam com o desenvolvimento psicológico, intelectual e social desde a primeira infância, se faz necessário que a educação infantil trabalhe todas estas características, que de acordo com a BNCC (2017), são questões obrigatórias a serem abordadas.

Deste modo, as séries iniciais podem ser de grande relevância para que os educadores visualizem ou identifiquem alunos que necessitem de maior atenção, pois é através do incentivo a todos esses estímulos que os alunos podem apresentar peculiaridades e características atípicas, que muitas vezes os pais ou responsáveis podem não notar, seja por níveis distintos da necessidade apresentada, seja por falta de contato com as diversas condições pré-existentes que podem acometer as crianças. Para que seja possível essa identificação, não basta aos professores dispor unicamente da formação universitária, que apresenta limitações curriculares no processo de formação profissional (ROCHA, 2017).

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa apresenta a importância do papel do professor no contexto da educação inclusiva durante as séries iniciais de ensino, enquanto facilitador das experiências dos seus alunos atípicos, mas para além disso, as demais estruturas existentes no entorno da educação escolar, ou seja, as ferramentas que a escola dispõe para que o professor possa realizar o desenvolvimento de uma educação mais justa.

Esta pesquisa será feita de forma bibliográfica, buscando legislações e artigos que abordem sobre a temática da educação especial, além de ser básica, tendo o objetivo de contribuir com pesquisas e fomentar a comunidade cientifica. Quanto a abordagem, é de forma qualitativa e de cunho exploratório. Fazendo análise sobre o processo histórico da educação especial, o papel do professor e a realidade desse processo educacional (GlL, 2002; PRODANOV: FREITAS, 2013).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola é um ambiente de formação educacional e social que está em incessante aprimoramento, estrutural, de disciplina, gestão, educacional e profissional. Dentro desse papel formativo, o professor tem função essencial na formação de alunos no ambiente escolar, diante disso, a formação docente está em meio às discussões que fortalecem a formação continuada dos professores, principalmente os que são formados para lecionar nas séries iniciais, além da parte organizacional escolar (BARBOSA; BEZERRA, 2021).

Nos últimos anos a formação continuada de professores tem se fortalecido, e com isso as instituições estão exigindo docentes que sejam qualificados para exercer determinados campos de formação educacional nas escolas. Não que a busca por qualificação seja recente, as autoras Silva e Lameiro (2022) apontam que a formação de professores é reivindicada desde a declaração da independência do Brasil em 1827, onde também houve reformulações na forma de ensinar.

Segundos as autoras citadas acima, mesmo diante destes avanços, ainda eram muito precárias a educação e o currículo do professor ainda era falido, visto isso, possibilitou investimentos do governo, segundo Silva e Lameiro (2022) foi instituído o Centro de Formação e aperfeiçoamento do Magistério, em 1982.

DOI: 10.51189/encoped/19566

 ISBN: 978-65-88884-36-2

Essas transformações seguem o processo veloz da educação, a renovação frequente, por questões didáticas, curriculares, mas, principalmente, na questão de relações sociais, as relações humanas requerem essa mudança, e uma dessas foi a adoção do modelo de educação especial nas escolas regulares, dessa forma, segundo Rocha (2017) é responsabilidade do docente buscar melhorias em sua formação, ou seja, este deve ter autonomia para se formar, buscar qualificação posterior, pois segundo o autor, o docente deve buscar alternativas que o possibilite uma visão crítica sobre o que é uma proposta inclusiva, para dessa forma ele possa buscar meios de ajudar a construir uma educação pautada na quebra de estigmas e obstáculos impostos as pessoas com deficiência, e que sejam vistas como pessoas autônomas e capazes de participar de uma educação ativa e regular (ROCHA, 2017).

Neste caso, o autor reforça a ideia de que os professores têm responsabilidades, no entanto, é necessário investigar as instituições, se as escolas disponibilizam formação qualificada para o professor, pois, ainda segundo Rocha (2017), esta formação possibilita a criticidade para esse grupo profissional, faz com que seja colocado em reflexão as práticas, o processo educativo onde alunos, gestores e professores estão inseridos, com objetivo final também de valorização (ROCHA, 2017).

A formação docente e a educação especial no Brasil tem uma vertente antiga e consolidação, de forma justa e equitativa, um pouco mais recente, apesar das leis e políticas educacionais, a vontade e o interesse das escolas, pais e professores ainda está longe de ser colocada em prática de fato, como aponta Girotto, Sabella e Lima (2019, p. 4), as autoras apontam que “processo de inclusão escolar dos alunos público-alvo dessa área, apesar de ser orientado por leis específicas, ainda encontra-se longe de se concretizar, pois requer mudanças de paradigmas”.

Em vista disso, é importante fortalecer a educação especial para que não seja segregada, mas inclusiva, com os demais alunos do ensino regular, onde não se mantenha um professor para cada área, mas onde o professor possa ter formação qualificada desde a graduação até a pós-graduação, para que possa se sentir apto a lecionar com qualidade, sem distinção de deficiências, mas mantendo as particularidades de aprendizagens dos discentes (GIROTTO; SABELLA; LIMA, 2019).

O processo histórico educacional evidencia a disparidade do movimento da educação escola, pois por muito tempo houve o ensino diferente para cada necessidade dos alunos, Silva e Lameiro (2022) e Pletsch (2020) dizem que a educação dos alunos com necessidades especiais é baseado e fortalecida pela exclusão, segundo as autoras, os alunos com deficiências ficavam “mantidas longe do convívio social e colocadas à margem da sociedade, o seu surgimento aparece com um conceito assistencialista” (SILVA; LAMEIRO, 2022, p. 581).

Rocha (2017) faz apontamentos em virtude dos conceitos utilizados aqui, como “necessidades especiais”, além de evocar as autoras Silva e Lameiro (2022) na discussão quanto ao processo assistencialista da educação, o autor diz que:

> Quando falamos em “necessidades educacionais especiais" sugerimos a existência de um impasse na aprendizagem, indicando que os alunos com tais necessidades precisam de recursos e serviços educacionais diferenciados dentro do contexto escolar, o que faz com que os sistemas de ensino e, sobretudo os professores, busquem novos caminhos para oferecer recursos e serviços adequados para cada indivíduo, deixando de lado as terminologias negativas que rotulavam os alunos com necessidades como “deficientes", “anormais", “retardados", entre outras (ROCHA, 2017, p. 3).

O processo de educação assistencialista começa pela marginalização de pessoas com necessidades, onde entende-se esses alunos como incapazes de aprender, o que é um estigma negativo, pois são capazes, dentro das suas limitações de aprender, bem como qualquer outro

DOI: 10.51189/encoped/19566

 ISBN: 978-65-88884-36-2

aluno, no entanto precisa de formas de aprendizagens diferentes dos demais, alguns requerem mais atenção do que outros, mas não impossibilita que aprendam os mesmos assuntos (ROCHA, 2017).

Segundo Vale (2020) o papel do professor nas escolas regulares reforça as competências de alguns alunos com necessidades, fazendo com que haja mais ênfase no ensino-aprendizagem em alunos com dificuldades mais graves.

Pletsch (2020) em seu texto onde questiona o que tem de especial na educação brasileira, em momentos de reflexão informa que as condições sociais das pessoas são muito mais restritivas e determinantes do que mesmo suas condições físicas e psicológicas. A autora ainda reforça que a busca de educação especial e inclusiva não se limita a ser apenas uma área de pesquisa, mas sim um modelo educacional, uma política pública.

O papel do professor na escola regular é primordial para o desenvolvimento dos alunos, assim como os outros funcionários da escola, a família e a sociedade, estes também desenvolvem protagonismo importantes pois tiram os alunos deste local de impossibilidade e permitem a aprendizagem. A formação do professor é um caminho de prática para a melhoria das experiências didáticas, para lecionar sobre educação especial já é formal, já é disponibilizado para todos, Vilaronga e Mendes (2017) a partir de pesquisas com professores que estão formados e formação para a educação especial, dizem que a especialização fomenta a reflexão dos professores, dos processos didáticos.

As autoras analisam os discursos dos professores em formação e percebem que os professores afirmam que a dialética entre teoria e prática da educação especial são primordiais, no entanto, é necessário ainda, que seja mais abrangente a discussão sobre as necessidades de cada aluno, vendo isso não como forma de segregar, mas de unir (VILARONGA; MENDES, 2017).

Além disso, as autoras dizem que os docentes "[...] afirmaram que de nada adiantaria realizar uma formação somente com eles e fazer políticas públicas se o professor da sala comum não conhecesse a proposta" (VILARONGA; MENDES, 2017, p. 24).

As autoras ainda apontam que a formação deve ser ampla e eficaz, no entanto ainda tem bastante caminhos a serem trilhados pois o curso inicial ainda não aborda de forma aprofundada e as especializações ainda são escassas, "Construir conhecimentos sobre colaboração leva tempo, entendendo-se que somente um curso de 60 horas não sacia a necessidade formativa para essa mudança cultural e política" (VILARONGA; MENDES, 2017, p. 29).

É necessário então que haja a busca entre teoria e prática para que os professores e alunos sejam privilegiados nesse percurso, pois são os personagens principais no contexto do ensino-aprendizagem, além disso, são necessários políticas públicas capazes de assegurar essa formação completa para que seja efetivado a educação especial e prol de ensino inclusivo (VILARONGA; MENDES, 2017).

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa tem como situação problema o papel do professor na educação especial anos iniciais, na qual foi abordado como um questionamento e buscamos responder tal pergunta e em meio ao processo de pesquisa conseguimos trazer situações vividas no período histórico do mundo até chegarmos mais especificamente dentro do Brasil, e isso nos norteou na hora de refletir sobre tais acontecimentos que nos serviram como base e por consequência foi possível responder tal pergunta já citada anteriormente.

O trabalho buscou entender o processo educacional para analisar as alternativas, tornando possível entender qual seria o papel desse professor dentro da educação especial e inclusiva quando relacionado aos alunos da educação infantil, várias hipóteses foram levantadas e tiveram uma enorme relevância para que o nosso estudo chegasse aos mais variados conceitos,

DOI: 10.51189/encoped/19566

 ISBN: 978-65-88884-36-2

teorias, ideias e assim conseguimos analisar cada informação para que chegássemos a um senso comum.

Sendo assim foi possível perceber que os objetivos específicos mencionados no artigo foram alcançados tendo em vista que cada um pode nos oferecer informações que variam desde o processo histórico da educação especial e inclusiva. Sobre o papel do professor foi comentado também a importância da relação teoria e prática e quando se fala das perspectivas e realidades desde acadêmico de pedagogia, umas das soluções seria trabalhar na formação dele antes de se tornar profissional.

Este tema veio trazer para os acadêmicos do curso de pedagogia e profissionais da área da educação mais uma perspectiva em relação ao ensino e aprendizagem da educação especial e inclusiva com alunos das séries iniciais e dessa forma fazer com que eles possam ter um olhar mais acolhedor para com aquele público e não um olhar de espanto ou estranheza quando se deparar com tantas peculiaridades de cada alunos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcilei de Maria Costa. **Educação Inclusiva:** reflexões sobre a escola e a formação docente. Ensino em perspectivas. v. 2, n. 2. Fortaleza, 2021.Disponível em: https://www.revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/5871/ 4973. Acesso em: 10 set. 2022.

BEZERRA, Giovani Ferreira**. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva:** por uma (auto) crítica propositiva. Roteiro, v. 46. Joaçaba, 2021.

BRASIL. **Lei n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em:10 set.2022.

BRASIL. **Lei N°. 13.146/2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 06 jun. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; SABELLA, Natália Morato Mesquita; LIMA, Jessica Mariane Rodrigues. Representações do professor generalista acerca do papel do professor especialista: análise da produção científica em educação especial no período de 2008 a 2015**. Revista de Educação Especial**, v.32, Santa Maria,2019.

MINETTO, Maria de Fátima. **O currículo na educação inclusiva: entendendo esse desafio**. 2a ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na Educação Especial brasileira? **Momento: diálogos em educação**. v. 29, n. 1. 2020. Disponível em: https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357/7600. Acesso em: 10 set. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo:

 ISBN: 978-65-88884-36-2

FEEVALE, 2013.

ROCHA, Artur Batista de Oliveira. **O papel do professor na educação inclusiva. Ensaios Pedagógicos**. v. 7, n. 02. 2017. Disponível em: https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n14/n14-artigo-1-O-PAPEL-DO-PROFESSOR-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.

SILVA, Adriana Martins; LAMEIRO, Rosane Domingues. A formação de professores no Brasil no contexto da educação especial. **Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação**. v. 8, n. 01. São Paulo, 2022. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3834/1490. Acesso em: 11 set. 2022.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Eniceia Gonçalves. Formação de professores como estratégias para a realização do coensino. **Revista Diálogos e perspectivas em Educação Especial**, v. 4, n. 1, 2017.

DOI: 10.51189/encoped/19566